

RESENHA

LANG, T.; HAESMAN, M. *Food Wars: the global battle for mouths, minds and markets*. 2. ed. London: Earthscan, 2015. 296p.

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2020.50.343-349>

Marielen Priscila Kaufmann¹, Rumi Regina Kubo²

Na publicação *Food Wars: the global battle for mouths, minds and markets*, os autores Tim Lang e Michael Haesman estabelecem uma linha de pensamento que conduz o leitor a compreender a problemática da alimentação e da saúde utilizando uma linguagem clara e trazendo ao texto inúmeras evidências científicas e dados de agências internacionais que desenham o estado da arte do tema em âmbito mundial. A proposta desta resenha é apresentar e discutir sobre a segunda edição do livro publicada em 2015, que traz uma releitura e atualização da obra original de 2004, cuja publicação colaborou na consolidação das pesquisas científicas ligadas à Sociologia da Alimentação e colocou os autores como referências internacionais sobre as políticas alimentares (*Food Policies*). Ademais, os dados, sobretudo referentes à obesidade e à subnutrição, nos permitem ter uma noção global das desigualdades, dos avanços e do panorama da situação alimentar da população mundial.

As guerras alimentares³ podem ser entendidas como uma declaração de guerra contra o mundo da comida na contemporaneidade. Nesta guerra existem muitas batalhas em relação à alimentação, as quais os autores descrevem e problematizam ao longo do texto. Ainda, propõem soluções e perspectivas para uma nova política alimentar, centrada em uma ampla concepção de saúde: não aquela definição simplista que reduz o seu significado a uma mera ausência de doenças, mas uma que considera que o ambiente social e natural permite a qualidade de vida.

Ademais, a publicação traz elementos importantes para a discussão no que concerne à sustentabilidade ambiental e econômica do mundo globalizado, pensado a partir da alimentação. Inclusive, os autores propõem a abordagem de uma “saúde pública ecológica” em resposta à mudança da natureza dos problemas de saúde e à sua interface com emergentes problemas ambientais globais. Centrado, sobretudo, na mudança da política alimentar, o livro nos conduz a refletir sobre a ligação entre alimentação e problemas de saúde, governança, desigualdades, cultura e questões sociais.

Este repensar do desenvolvimento, centrado na alimentação, é a premissa das políticas agroalimentares que analisam não apenas a produção de alimentos, mas também como eles são processados, distribuídos, comprados, consumidos, protegidos e eliminados. Isto porque as mudanças as quais o mundo passou no último século, tais como o aprofundamento do padrão tecnológico industrial, de sistemas de informação e a revolução nos sistemas de transporte, impactaram significativamente toda a logística do

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). marielenpk@hotmail.com

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). rumikubo2002@gmail.com

³ *Guerras alimentares* é uma tradução das autoras da resenha para *Food Wars*, cujo termo será doravante utilizado no texto.

alimento (OOSTERVEER, 2012). Isso tudo, em razão das demandas de um mundo em que a urbanização cresce gradativamente (SONNINO, 2009), que tem uma preocupação com os impactos aos recursos naturais e com a saúde da população.

Neste contexto inserem-se as guerras alimentares, que, segundo Lang e Haesman (2015), constituem as disputas, desafios e oportunidades decorridas em virtude das mudanças do sistema alimentar. Se no período pós-guerra o mundo das políticas alimentares era dominado pela agricultura, agronegócios e *commodities*, no mundo contemporâneo, mais precisamente nas últimas duas décadas, ela é dominada pelo consumo.

Em razão dessa mudança, novos relacionamentos são evidentes em toda a cadeia de suprimentos de alimentos, desde como ele é produzido até a relação que estabelece com o consumidor. Cada vez mais as alternativas às estruturas predominantes da economia alimentar estão sendo amplamente discutidas. Neste sentido, os autores sinalizam a batalha constante entre três paradigmas: produtivista, ecológico integrado e o paradigma da ciência da vida. O primeiro, o mais antigo (últimos 50 anos), atual e impulsionador de questões importantes como a saúde e as questões ambientais, já aponta seus limites. Em contrapartida, os autores descrevem as perspectivas para o futuro, sobretudo baseados nos dois últimos paradigmas. O paradigma da Ciência da Vida é uma alternativa baseada na biotecnologia e modificação genética, que podem ser aplicadas tanto na alimentação (para a fabricação dos nutracêuticos) quanto na agricultura (no melhoramento e modificação genética de plantas). O paradigma ecológico integrado é uma segunda alternativa proposta pelos autores, que se aproxima dos princípios da Agroecologia.

Em relação ao paradigma ecológico integrado, os autores demonstram um ceticismo quanto a sua operacionalidade, ressaltando a pouca expressividade em termos de montante de produção de alimentos e política mundial. Autores que se debruçaram teoricamente para estudar esta nova forma de pensar o desenvolvimento, a partir das questões ambientais e dos povos em vulnerabilidade, seja dos países subdesenvolvidos como os em desenvolvimento (ALTIERI, 2001; MOLINA *et. al.*, 2017), ressaltam que esta é uma das saídas para enfrentar a insegurança alimentar (ROSSET, 2008); isto porque são as populações mais vulneráveis socialmente aquelas que poderiam se beneficiar mais rapidamente dos benefícios que a Agroecologia teria na produção, na distribuição e na comercialização dos alimentos.

Outro aspecto que os autores não abordam diretamente, ligado à Agroecologia, mas que está relacionado de alguma forma com o campo de conhecimento agroecológico, é a nova abordagem do consumo, tanto no estímulo, na conscientização e na informação por um consumo consciente, visando a não apenas a quantidade, mas a qualidade do produto, assim como em toda a cadeia alimentar, seja na produção, comércio, distribuição ou processamento. Para Goodman (2003), este movimento, denominado de *quality turn*, contrapõe-se à padronização e à lógica da produção de mercadorias em massa, que se acentuam em meados dos anos 2000, após vários escândalos alimentares na Europa. Esta qualidade estaria imersa em relações mais éticas e, de certa forma, também afetiva, como as relações de confiança, em uma reconexão entre produtores e consumidores.

A partir do contexto em que a cada dez causas de morte no mundo oito estão relacionadas com o consumo de alimentos, no terceiro capítulo os autores de *Food Wars* apresentam um panorama da desnutrição e da obesidade, os maiores problemas nutricionais mundiais. Enquanto a desnutrição foi o foco das políticas alimentares e agrícolas do último século, esses autores enfatizam que a epidemia da obesidade é o maior problema deste século e, possivelmente, dos seguintes, por ser uma das mais desafiantes questões alimentares e de saúde que a espécie humana já enfrentou.

Trazendo muitos dados alarmantes, os autores apresentam o panorama mundial da denominada transição alimentar, baseado nos estudos de Popkin (1994), que são as mudanças na alimentação de populações com base na substituição de cereais por alimentos com proteínas de maior valor, como leite, produtos lácteos e carne, cujo aumento no consumo está associado à ocidentalização da saúde e da alimentação. Os efeitos dessas mudanças são desastrosos para a saúde da população, e o reflexo disso são os altos índices de doenças relacionadas à alimentação que se alastra pelo mundo, e este padrão alimentar também avança fronteiras. Os dados da OMS para os números de obesos no mundo mostram claramente que continentes onde tradicionalmente não havia este tipo de problema em grande escala, como o Oriente Médio e a Ásia e, ainda, países como Etiópia e Índia, tradicionalmente assediados por subnutrição e fome, agora apresentam índices alarmantes de problemas relacionados ao excesso de peso.

Essa descrição detalhada de doenças causadas pela transição nutricional dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, é importante para a compreensão de todos os temas abordados ao longo do livro. Para eles, essa é uma das consequências de toda uma reestruturação do sistema agroalimentar mundial, e as responsabilidades nas disfunções na dieta, na maioria das vezes, são atribuídas ao indivíduo, mas apresentam raízes muito mais profundas. Nelas estão, também, os interesses das grandes indústrias relacionadas a toda a rota do alimento, hoje não mais ligada à agricultura, mas também à distribuição, processamento, publicidade e comercialização.

O quarto capítulo apresenta o desafio de vincular as demandas de saúde humana e ambiental aos alimentos. O foco volta-se para as questões ambientais, quando a qualidade dos alimentos é considerada uma espécie de zona de guerra, pois o paradigma produtivista, imperante até então, visa à máxima lucratividade e produtividade em detrimento das questões ambientais e da qualidade dos alimentos.

Ao longo do capítulo os autores fazem uma síntese dos principais problemas ambientais ocasionados, sobretudo, pela exploração irracional dos recursos, e trazem dados substanciais quanto aos impactos, como as mudanças climáticas e a perda irreversível dos recursos básicos para a agricultura e para a vida no planeta. Eles nos indicam a necessidade de uma nova maneira de pensar o desenvolvimento e a cultura alimentar, em que sejam centrais o respeito ao meio ambiente e ao ser humano. Neste sentido, os princípios do paradigma ecológico tornam-se uma possível via para a redução destes impactos, uma vez que a solução não está somente na promoção de alimentos orgânicos e limpos, mas também no princípio da localidade.

A valorização do local vem ganhando espaço no mundo, pois se estabelece como um contraponto à hegemonia imperialista da cadeia alimentar (FONTE, 2008). Trata-se de um esforço de valorizar os locais de produção e aproximar o consumidor dos produtores, baseados em princípios da sustentabilidade, da qualidade e da saúde. Esta loca-

lização exige o que Ilbery *et al.* (2005) chamam de Nova Geografia Alimentar, que seria um novo desenho em toda a logística do alimento, que atribui novos sentidos à produção, ao consumo e ao ato de alimentar-se.

A localização e a busca por alimentos de melhor qualidade têm uma correspondência direta com graves problemas de saúde pública, como a obesidade, subnutrição e desnutrição. Sobre isso, os autores exploram, no quinto capítulo, uma visão histórica da política de saúde no último século, evidenciando elementos para compreender porque, mesmo com todo o crescimento da produção agrícola mundial possibilitado pelo paradigma produtivista, não houve uma correlata diminuição da desnutrição e da subnutrição, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Esta fato demonstra que as problemáticas alimentares e de saúde não são apenas questões de deficiências e/ou ausência de comida, mas também de política e desenvolvimento, o que já foi analisado, para o contexto brasileiro, por Josué de Castro (1984), em “Geografia da Fome”, publicado pela primeira vez em 1946. Desta forma, a problemática da fome e da segurança alimentar não está na quantidade de alimentos produzidos, assim como se promulgava após a grande guerra e que motivou uma série de políticas públicas para o aumento na oferta e diminuição dos custos de produção dos alimentos, mas, sim, na má distribuição desta oferta e da desigual concentração de renda (BELIK, 2012).

Mesmo assim, as perspectivas políticas voltadas à alimentação e à saúde, que atualmente estão limitadas à elaboração de diretrizes e objetivos dietéticos para as populações, atribuem a responsabilidade dos problemas de saúde ao indivíduo. Tais diretrizes estão em constante disputa entre o poder público e os interesses das grandes corporações alimentares. Por isso, uma série de autores, aos quais se somam Lang e Haesman (2015), tratam de analisar a dinâmica das políticas alimentares. Lang, Barling e Caraher (2009) ressaltam que a atual configuração dos sistemas agroalimentares e toda a sua complexidade, exige novas políticas alimentares capazes de integrar a saúde pública, o meio ambiente e as relações sociais, e que estas sejam assumidas pelo Poder Público.

Por conseguinte, o setor de alimentos, com o surgimento de poderosas empresas de alimentos (dentro e além das fronteiras), explora as tensões entre diversos setores relacionados com a produção agrícola e a saúde. Nos últimos anos a globalização ultrapassou as fronteiras nacionais e as novas tecnologias mudaram o estilo de produção e distribuição agrícola. As grandes corporações da indústria e o varejo, o que Ploeg (2008) define como Impérios alimentares, têm um poder muito grande para determinar os rumos do sistema alimentar e avançam rapidamente sobre países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, fenômeno denominado pelos autores (LANG; HAESMAN, 2015) de novo colonialismo alimentar.

Além disso, Lang e Haesman (2015) enfatizam a dupla estratégia do setor industrial de alimentos, construída sobre a tecnologia e os interesses dos consumidores; isso porque, com as novas demandas por saúde, as corporações tendem a se moldar e abarcar mais este nicho de mercado, a exemplo de empresas que vêm se consolidando na oferta de produtos ricos em fibra, com baixa caloria, baixa adição de açúcar, etc. Mesmo que a tecnologia tenha um papel importante na estratégia dessas empresas, as questões sociais e culturais dão a linha para esta nova configuração do setor alimentício. Neste sentido, o papel do consumidor está mais do que potencializado neste setor, posto que

ele, por meio de movimentos organizados, pressiona o poder público a tomar medidas em prol da saúde e da alimentação e, principalmente, dita o mercado ao encontro desta reformulação do sistema agroalimentar. É uma verdadeira batalha por bocas, mentes e mercados, conforme sugere o título do livro.

Os consumidores assumem um papel estratégico neste cenário, em virtude da complexidade dos seus mais variados hábitos de consumo. Lang e Haesman (2015) propõem que é necessário compreender a relação que se estabelece entre a cultura alimentar e a discussão da saúde. É necessário também identificar quais os meios e estratégias que a cadeia de suprimento de alimentos utiliza para manipular e moldar os padrões de consumo das populações para, assim, formular políticas públicas realistas e eficientes para garantir a saúde em sua ampla concepção.

Segundo eles, tais questões da ordem da política alimentar e da saúde somente podem ser resolvidas por intermédio de um discurso público, tema principal do capítulo oito. O título já é provocativo e sugere a existência de algum tipo de responsabilidade política: Democracia alimentar ou controle alimentar? Enquanto na democracia as decisões partem da população, o controle alimentar aposta numa perspectiva mais dirigida, na qual uma minoria toma as decisões sobre os rumos das políticas alimentares. Este último tem sido introduzido e já mostra que não é a melhor forma de estabelecer uma boa relação entre o governo e as comunidades, sendo uma das causas da falta de credibilidade do poder público no setor. Assim, a democracia alimentar emerge como uma solução, já com grandes desafios, no sentido de instituir prioridades alimentares a partir da consulta de todos os cidadãos e não apenas das organizações de consumidores e produtores.

Ademais, as instituições devem pensar novas relações entre o global e o local, e o Estado precisa intervir entre a sociedade civil e o setor comercial para mediar os interesses. A partir de um olhar histórico sobre a experiência da União Europeia, os autores sugerem uma política alimentar comum, que poderia abarcar as temáticas relacionadas à saúde e ao ambiente com base em agências independentes capazes de colaborar e mediar os atores nesta “crise de governança”, para, assim, tentar recuperar a confiança no Estado.

Soninno, Torres e Schneider (2014), ao analisarem o papel do Estado na promoção de políticas para alimentação escolar, ressaltam a experiência brasileira de acompanhamento nutricional das merendas escolares e do fomento à aquisição de alimentos frescos e locais, decorrendo na diminuição do uso de produtos açucarados e ultraprocessados no seu preparo. Segundo os autores, o Estado tem o papel preponderante na definição dos processos de aquisições públicas, podendo incentivar determinadas cadeias alimentares e modelos de saúde pública.

O último capítulo aborda as perspectivas futuras do sistema alimentar. Os autores retomam os pontos nevrálgicos a serem considerados numa perspectiva de mudança, demonstrando que existem experiências concretas rumando para este caminho. De fato, observa-se um aumento do novo consumismo, comércio justo, localismo, novo sistema cooperativo e novos projetos coletivos, mostrando que algo está mudando, mas que não é suficiente para mudar o atual sistema agroalimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Lang e Haesman (2015), estes são tempos dinâmicos na política alimentar e na saúde. A tese das guerras alimentares propõe que novas abordagens da política alimentar estão emergindo, com novas escolhas políticas e oportunidades. Embora não diretamente, os autores vão, ao longo do texto, conduzindo o leitor a compreender que as questões ligadas à saúde e à alimentação estão além das questões técnicas; pelo contrário, são afetadas e estruturadas conforme a política e a economia global. Este tema foi abordado com maior profundidade em outras publicações de um dos autores (LANG; BARLING; CARAHER, 2009; LANG; BARLING, 2013), que tomaram relevância no mundo acadêmico em virtude da sua pertinência ante as novas dinâmicas econômicas e sociais relacionadas com a alimentação.

Algo que ficou evidenciado nesta publicação, e que T. Lang irá aprofundar em estudos posteriores (LANG; BARLING; CARAHER, 2009), é o papel preponderante do Estado na mediação das questões referentes à alimentação no mundo globalizado. Ademais, os resultados apresentados apontam para uma alteração nos padrões de alimentação no mundo e de novas relações entre todos os atores da cadeia alimentar, que exige uma agenda comum, abrangendo diferentes campos de atuação, quer sejam na pesquisa, na administração pública, nos formuladores de políticas (*policy makers*), na educação, entre outros.

Por fim, os temas abordados na obra apresentam uma maneira inteligente e nova de entender as questões agroalimentares pertinentes do nosso tempo, por meio de uma linguagem informativa e clara, sem perder seu embasamento científico. Mesmo com mais de dez anos desde a sua primeira publicação, a obra permanece atual e os autores foram visionários em reunir diversas e complexas questões relativas ao setor alimentar. Com certeza, a obra é uma aliada aos estudos dos sistemas agroalimentares e de desenvolvimento, e contribui para a discussão nos centros de pesquisa e ensino. Inicialmente publicada em inglês, ela ainda não apresenta tradução para outros idiomas, o que certamente ampliaria o seu acesso.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- BELIK, W. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepções e resultados. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.
- CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008.
- GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003.
- ILBERY, B.; MORRIS, C.; BULLER, H.; MAYE, D.; KNEAFSEY, M. Product, process and place: an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. *European Urban and Regional*, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2005.
- LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. *Food policy: integrating health, environment and society*. Oxford: OUP, 2009.
- LANG, T.; BARLING, D. Nutrition and sustainability: an emerging food policy discourse. *Proceedings of the Nutrition Society*, v. 72, n. 1, p. 1-12, 2013.
- MOLINA, M. G.; GARCÍA, D. L.; CASADO, G. G. Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar en la transición agroecológica. *Redes*, v. 22, n. 2, p. 31-55, 2017.
- OOSTERVEER, P. Globalization and Food Prod and Consumption. In: OOSTERVEER, P.; SONNENFELD, D. A. *Food, globalization and sustainability*. Abingdon: Routledge, 2012. p. 13-33.

PLOEG, J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

POPKIN, B. M. The Nutrition Transition in Low-Income Countries: an Emerging Crisis. *Nutrition Reviews*, v. 52, n. 9, p. 285-298, 1994.

ROSSET, P. Food sovereignty and the contemporary food crisis. *Development*, v. 51, n. 4, p. 460-463, 2008.

SONNINO, R. Feeding the city: Towards a new research and planning agenda. *International Planning Studies*, v. 14, n. 4, p. 425-435, 2009.

SONNINO, R.; TORRES, C. L.; SCHNEIDER, S. Reflexive governance for food security: The example of school feeding in Brazil. *Journal of Rural Studies*, v. 36, p. 1-12, 2014.